

ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM): UMA APLICAÇÃO PARA O NORDESTE DE 2016 A 2019

Guilherme Sousa Brandão¹
Cassiano José Bezerra Marques Trovão²

RESUMO

Pobreza é um fenômeno complexo que exige uma abordagem que extrapole aquelas baseadas exclusivamente na insuficiência de renda. Com base em uma perspectiva multidimensional, o presente artigo procura analisar a pobreza na região Nordeste de acordo com distintos aspectos multidimensionais, adaptando a metodologia do chamado Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos metodológicos, estima-se o IPM para o total do Brasil, para o Nordeste e suas Unidades da Federação para os anos de 2016 a 2019. Em termos gerais, o estudo evidencia que o Nordeste permanece como a região que concentra a maior parcela da população em situação de pobreza multidimensional, com algumas diferenças entre suas Unidades da Federação. Tal diagnóstico permite a constatação de que as políticas públicas de cunho social devem ser concebidas, também, em termos multidimensionais para enfrentar a pobreza de forma estrutural na região.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Economia Regional; Nordeste; Brasil.

MULTIDIMENSIONAL POVERTY INDEX (MPI): AN APPLICATION FOR THE NORTHEAST FROM 2016 TO 2019

ABSTRACT

Poverty is a complex phenomenon that demands an approach extending beyond those solely based on income insufficiency. Drawing from a multidimensional perspective, this present article aims to analyze poverty in the Northeast region according to various multidimensional aspects, adapting the methodology of the so-called Multidimensional Poverty Index (MPI) to the Continuous National Household Sample Survey (PNAD-C) conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Methodologically, the MPI is estimated for the total of Brazil, for the Northeast region, and its Federal Units for the years 2016 to 2019. Overall, the study highlights that the Northeast remains the region with the highest share of the population in multidimensional poverty, with some differences among its Federal Units. This diagnosis underscores the necessity for social policies to be conceived, likewise, in multidimensional terms to address poverty structurally in the region.

Keywords: Multidimensional Poverty; Regional Economy. Northeast; Brazil.

JEL: I132, R1.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a extrema pobreza, fenômenos que marcam a trajetória de expressiva parcela da sociedade brasileira, exigem que sejam aprofundados os estudos e as metodologias para uma análise que compreenda com clareza seus

¹ Mestre em Economia. Doutorando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: sousaguilherme25@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico - IE/Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: c_trovaio@yahoo.com.br



desdobramentos, causas e dimensões, de forma a orientar a concepção de políticas públicas necessárias para enfrentá-los. O Brasil é um país que concentra a pobreza, em termos espaciais, nas periferias em distintas escalas territoriais. Em termos macro escalar, o Nordeste é o exemplo mais evidente disso (GREMAUD, 2006).

A pobreza multidimensional é um conceito que busca capturar a complexidade e a diversidade em múltiplas dimensões das privações enfrentadas pelas pessoas em situação de pobreza. Essa abordagem reconhece que a pobreza não é apenas uma questão de falta de dinheiro, pois também envolve privação de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, água potável, saneamento básico, moradia adequada etc. De acordo com o relatório das Nações Unidas de 2014, os indivíduos estão sujeitos a privações que vão muito além do âmbito monetário da renda e do consumo. No entanto, algumas privações de natureza cultural e social, como são os casos da falta de participação política e da ausência de oportunidades de emprego decente, podem ser, apenas, parcialmente integradas ao conceito de pobreza multidimensional, devido a restrição de informações disponíveis (PNUD, 2014).

Esses elementos têm de ser alvo de políticas públicas que busquem seu enfrentamento recorrente. Para esse fim, a aplicação de métodos de estimativas baseadas em indicadores multidimensionais torna-se ferramenta essencial. Verificam-se avanços na literatura nacional e internacional para o tratamento da pobreza em sua concepção mais ampla. Esse é um tema que exige a devida atenção para que possam ser elaborados instrumentos analíticos mais adequados e eficazes para o seu entendimento.

A região Nordeste do Brasil é um objeto de análise relevante para os estudos sobre pobreza, sobretudo, por se mostrar como um espaço marcado por uma expressiva heterogeneidade histórica, oriunda de sua formação econômica. Por esse motivo, a pobreza multidimensional no Nordeste brasileiro torna-se o foco do presente artigo. Nosso objetivo é adaptar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e apresentar sua evolução no período de 2016 à 2019 para as Unidades da Federação do Nordeste. O presente artigo está dividido em quatro seções, além dessa breve introdução. A primeira seção apresenta o conceito de pobreza multidimensional. Na sequência,

explicitam-se a metodologia e as bases de dados utilizadas. Na terceira seção, apresentam-se os principais resultados da pesquisa. E, por fim, expõem-se algumas considerações a respeito do tema e dos desafios impostos por esse fenômeno que marca a história da região Nordeste do país.

2 POBREZA ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL NA LITERATURA

O debate teórico sobre a pobreza e suas medidas têm sido base para variadas pesquisas e discussões internacionais. Esse é um tema que se apresenta, principalmente, a partir de duas óticas: uma que defende a insuficiência de renda como fundamento principal para a sua determinação; e uma que foca na privação de necessidades básicas. No primeiro caso, admite-se uma renda mínima para que as pessoas alcancem um patamar de vida adequado à localidade em que moram. Já, no segundo, enfocam-se as necessidades humanas básicas, como níveis nutricionais, de saúde e de habitação, dentre outras dimensões. Para ampliar o escopo da análise a respeito do conceito e da quantificação e qualificação da pobreza, é necessário estabelecer uma definição precisa, pois, ela influenciará o tamanho da população a ser identificada como pobre (QUEIROZ; REMY, 2010).

Os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa são usados para descrever diferentes formas e graus de privação econômica e social. A pobreza absoluta refere-se à incapacidade de uma pessoa ou família de atingir um nível mínimo de consumo necessário para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. É uma medida objetiva que se baseia em um limiar absoluto de pobreza, geralmente definido em termos de um valor monetário. Por outro lado, a pobreza relativa está relacionada aos padrões de vida comparativos dentro de uma determinada localidade ou sociedade. Ela é medida em relação aos padrões de consumo e de bem-estar da população em geral, considerando as normas e expectativas sociais de uma determinada sociedade. Pode variar de acordo com a localidade, o grupo social ou o momento histórico (ROCHA, 2005).

Ambos os conceitos são importantes para uma análise completa da pobreza, pois fornecem perspectivas diferentes sobre as privações enfrentadas pelas pessoas, famílias ou grupos sociais. Considerar esses dois aspectos é fundamental para uma compreensão abrangente da pobreza e para a concepção de políticas e

programas eficazes para o seu combate. Contudo, independentemente do conceito adotado, a elaboração de políticas públicas e programas sociais exigem que se estime o público potencial a ser atendido. Tais políticas representam um comprometimento para além do campo político e econômico (QUEIROZ; REMY, 2010).

De acordo com Silva *et al.* (2020), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios entre 2004 e 2015, apontam para as regiões Norte e Nordeste como aquelas que possuem os índices mais elevados de pobreza do ponto de vista da renda, sendo o Nordeste aquela que apresenta as maiores proporções de pobres. Deve-se destacar que o estudo desses autores aponta para uma trajetória de redução expressiva desses índices nessas duas regiões durante esse período. Norte e, sobretudo, Nordeste, historicamente, apresentam-se como espaços de recorrência de uma condição de pobreza que se mostra estrutural, pois, como procura-se mostrar mais adiante, manifesta-se em distintas dimensões.

É com base nessa constatação que se deve buscar na literatura os esforços teóricos e empíricos para se tratar o tema com a complexidade que ele exige. A definição de pobreza multidimensional ganha destaque com os estudos de Amartya Sen³, constatando que a dimensão puramente monetária para identificar e mensurar o conjunto de privações pelas quais a população pobre passa não se mostrava suficiente. A partir de meados da década de 1990, a literatura passou a apresentar algumas iniciativas de indicadores multidimensionais. Dentre esses indicadores, ressaltam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Pobreza Humana (IPH) e a Medida de Pobreza de Capacitações (MPC), que se propõem a tratar, tanto o desenvolvimento humano quanto da pobreza, com base em abordagens multidimensionais. Apesar dessas medidas simbolizarem avanços quando comparadas a outras mais tradicionais baseadas na renda corrente ou no PIB *per capita*, elas ainda permanecem restritas (COMIN *et al.*, 2006).

Criado em 1990, o IDH caracteriza-se como um índice de medida geral e simplificada para a mensuração do desenvolvimento humano. Esse indicador mostra-se um passo importante para impulsionar as abordagens multidimensionais sobre pobreza, na medida em que assume um protagonismo internacional

³ Ver Sen (1973, 1981, 1992).

expressivo, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, nesse período, passa a divulgar, anualmente, relatórios com dados para o mundo todo (COMIN *et al.*, 2006). Esse é um índice que não se propõe a englobar todas as dimensões do desenvolvimento, ele não é uma representação, por exemplo, da felicidade, e nem pretende apontar qual seria o melhor lugar para se viver. Ainda que imperfeito, o IDH deve ser entendido como uma ação introdutória na procura de procedimentos de avaliação mais completos sobre a vida dos indivíduos (SEN, 1999).

Com base nas informações do relatório do PNUD, de 1990, Comin *et al.* (2006) observam que, ao se propor um índice de mensuração e acompanhamento do desenvolvimento humano, tal instrumento precisa adicionar diversas variáveis para compor um sistema de análise o mais compreensível possível. Ao retirar o foco das medidas tradicionalmente monetárias, o IDH possibilita, com mais informações, uma análise mais robusta da forma como os seres humanos vivem em cada localidade (SEN, 2000).

A composição do IDH é determinada por três dimensões, sendo elas: a longevidade, medida com base nos dados de esperança de vida ao nascer; a educação, que considera os índices de alfabetização de adultos e a taxa de matrícula escolar; e a renda, usando o PIB real *per capita* dólar convertidos pela paridade do poder de compra. Os valores do IDH variam de zero, quando não existe nenhum desenvolvimento, a um, representando o pleno desenvolvimento. As nações são classificadas em: baixo, médio, alto, e muito alto nível de desenvolvimento humano a partir de um ranqueamento do mais baixo para o mais alto segundo distribuição quartílica.

Para Bagolin (2005), o IDH é mais consistente e amplo, por exemplo, que o PIB *per capita*. Sendo mais completo e útil para tomadas de decisões de políticas públicas, registrando melhor as questões distributivas⁴, uma vez que ele é mais eficiente do que os parâmetros que utilizam rendimentos médios. Porém, vale salientar que qualquer indicador é apenas uma aproximação da realidade. Recorrentemente, perde-se alguma perspectiva sobre o fenômeno estudado, pois

⁴ Com o relatório de 2010 surge o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD). “Ele é visto como nível de desenvolvimento humano real, e será igual ao IDH quando não existirem desigualdades entre as pessoas, mas situa-se mais abaixo do IDH à medida que a desigualdade aumenta. A diferença entre o IDH e o IDHAD mede a ‘perda’ de desenvolvimento humano potencial.” (PNUD, 2010, p. 91).

não há indicador que represente perfeitamente a realidade, uma vez que esta é uma construção social. Assim, o IDH tem suas limitações para refletir o conceito de desenvolvimento. Mesmo assim, mostra-se como um avanço metodológico quando comparado a outros indicadores precedentes.

Os relatórios das Nações Unidas de 1996 e 1997 apresentam o conceito e os dados dos indicadores multidimensionais de pobreza, a saber, MPC⁵ e IPH. A MPC, introduzida no *Human Development Report (HDR)* de 1996, tem a finalidade de demonstrar a porcentagem de indivíduos que são privados de capacidades humanas básicas. A MPC abrange três dimensões: a razão entre a quantidade de crianças abaixo de cinco anos de idade com peso inferior ao normal estabelecido, sendo uma variável de nutrição e uma medida básica de saúde; a proporção de nascidos que não foram acompanhados por profissionais de saúde capacitados, medindo o índice de reprodução saudável; e a taxa de analfabetismo feminino, que indica capacitação e conhecimento, uma vez que as mulheres são agentes centrais dentro do núcleo familiar e da sociedade.

Segundo o PNUD (1996), um índice multidimensional como a MPC torna-se um instrumento importante para o diagnóstico da pobreza no nível familiar, apresentando dados sobre a quantidade de residências que se encontram nessa condição. Por englobar as dimensões educacionais e nutricionais, proporciona ao poder público melhores condições para a elaboração e execução de políticas públicas focalizadas nas maiores deficiências identificadas. É possível também medir a intensidade da pobreza de cada família ao analisar a quantidade de dimensões em que seus integrantes possuem privações.

Dentro da mesma perspectiva do IDH e da MPC, o HDR (1997) apresenta o IPH, que tem como proposta medir o nível de carência no desenvolvimento humano básico, também, em três dimensões: a proporção de indivíduos com expectativa de vida inferior a quarenta anos; o percentual de adultos analfabetos; e a porcentagem de pessoas sem acesso a serviços de saúde, água potável e sem nutrição razoável

⁵ *“Income poverty is only part of the picture. Just as human development encompasses aspects of life much broader than income, so poverty should be seen as having many dimensions. This year’s Report thus introduces a new, multidimensional measure of human deprivation, the capability poverty measure (CPM) (...) But rather than examining the average state of people’s capabilities, it reflects the percentage of people who lack basic, or minimally essential, human capabilities.”* (MARGIT et al, 1996, p. 27)

(essa última é medida pela proporção de crianças abaixo de cinco anos com peso insuficiente para a idade).

É sabido que a essência das privações se modifica conforme as condições sociais e econômicas de cada localidade. Por isso, as variáveis do IPH não devem ser restringidas ao contexto de apenas uma nação. Países em diferentes estágios de desenvolvimento apresentam distintas dimensões para a pobreza. Nos subdesenvolvidos, a pobreza está associada à fome, analfabetismo e epidemias, enquanto, nos mais desenvolvidos, a privação está relacionada a outros aspectos, como a desigualdade de renda, exclusão social, custo de vida elevado, precariedade no trabalho e acesso limitado a serviços de qualidade.

Nesse contexto, o HDR (1998) desagregou o IPH em dois, criando o IPH-1 e os IPH-2. O primeiro é usado em países pobres ou em desenvolvimento, levando em consideração as mesmas variáveis do IPH. As principais mudanças ocorrem no IPH-2, elaborado para medir a pobreza em países com altos níveis de desenvolvimento. As suas variáveis são: a proporção de indivíduos com expectativa de vida inferior aos sessenta anos; o percentual de adultos com níveis inadequados de alfabetização; porcentagem de pessoas com rendimentos inferiores a 50% da média; e o desemprego de longo prazo, causador de exclusão social.

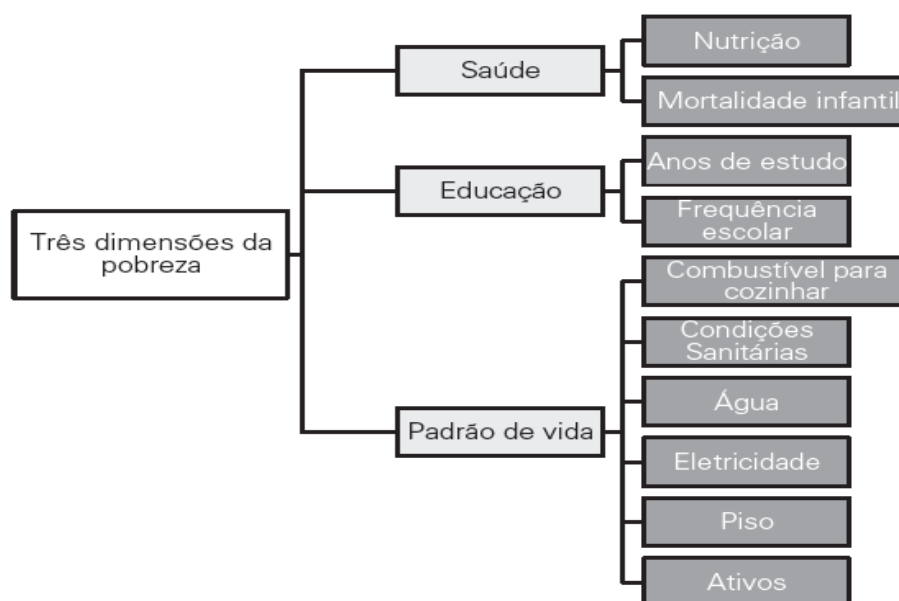
Percebe-se, então, que todo esse esforço tem como base a ideia de que a pobreza é, sem dúvida, um fenômeno multidimensional. Contudo, faz-se necessário adequar o conceito ao espaço territorial (país, estado, município) e temporal, além dos distintos arranjos (sociais e familiares) para os quais tais índices serão estimados. Para cumprir com o objetivo do presente artigo, foi necessário propor uma adaptação para o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) incorporado pelo próprio PNUD, a partir de 2010. Nesse sentido, foram levadas em conta a disponibilidade e a potencialidade dos dados mais recentes que se têm no Brasil, qual sejam, aqueles presentes na PNAD-C.

3 O IPM ADAPTADO À PNAD-C

O IPM, apresentado inicialmente por Alkire e Foster (2007), tem por finalidade quantificar a pobreza de forma mais complexa do que as visões unidimensionais associadas à renda. Sua concepção teve o propósito de estabelecer uma medida comparável internacionalmente. Segundo Alkire e Santos (2013), o IPM baseia-se

em um conjunto de medidas de pobreza que pertence a uma recente geração de medidas que renovaram o interesse no método direto de estimativa da pobreza. O IPM aplica seus métodos para um conjunto de indicadores, considerando três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. No IPM, apresentado por Alkire e Santos (2013), as dimensões e os indicadores são definidos da seguinte forma (Figura 1):

Figura 1 - Dimensões e Indicadores do IPM



Fonte: Alkire e Santos (2013).

A construção do índice tem início com a definição dos indicadores. O IPM configura-se como uma medida de pobreza formada por d indicadores em uma população de n indivíduos. Logo, obtêm-se uma matriz $n \times d$ para todos os i indivíduos ($i = 1, 2, 3, \dots, n$), nos j indicadores ($j = 1, 2, 3, \dots, d$). As linhas da matriz indicam as capacitações daquele indivíduo i nos vários indicadores e as colunas mostram a distribuição do indicador j entre os vários indivíduos. Essa metodologia permite atribuir pesos diferentes para cada indicador, ressaltando que o somatório dos pesos deva ser igual ao número de indicadores (SILVA, *et al.*, 2020).

Em seguida, é feita a identificação dos indivíduos em situação de pobreza na população, utilizando um ponto de corte para cada dimensão. A partir daí, é definida uma matriz de privações cujos elementos assumem os valores dos pesos. Em outras palavras, a introdução individual nessa matriz é equivalente ao peso do indicador

quando o indivíduo sofre privação nesse indicador, e assume valor zero quando o indivíduo não sofre privação naquele indicador (SILVA, *et al.*, 2020).

Por último, é aplicado outro ponto de corte de privações, no qual o indivíduo é identificado como pobre, quando a ocorrência de privações é maior ou igual a esse segundo ponto de corte. Em síntese, essa metodologia utiliza uma linha de corte dupla: uma para cada indicador, identificando se o indivíduo sofre privação nos indicadores específicos; e outra no nível de pobreza, considerando o conjunto de indicadores. O patamar de pobreza é calculado pela soma dos indicadores (multiplicada pelos seus respectivos pesos), obtendo o nível de privação multidimensional do domicílio. Assim, a proposta de Alkair e Santos (2013) é a de que o ponto de corte igual ou maior que 33,3% defina o domicílio e todos os membros do núcleo familiar como pobres, e que o ponto de corte superior a 50% defina os domicílios (e seus moradores) como extremamente pobres (ALKIRE; SANTOS, 2013; SILVA, *et al.*, 2020).

A proporção de pessoas multidimensionalmente pobres é dada, desse modo, por:

$$H = \frac{q}{n}$$

Em que q é o total de pessoas multidimensionalmente pobres e n é a quantidade de pessoas da população. A intensidade da pobreza A estima à quantidade relativa de privações a que as pessoas multidimensionalmente pobres estão submetidas. Essa intensidade da pobreza é calculada apenas para as pessoas em situação de pobreza da seguinte forma:

$$A = \frac{\sum_i^q c_i}{q}$$

Em que c_i é o ponto de privação do i -ésimo indivíduo pobre, que pode ser representado pelas privações em cada dimensão. Logo, o IPM é o resultado do produto dessas duas medidas, quais sejam, a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres e a intensidade da pobreza multidimensional, podendo ser definido como:

$$IPM = H.A$$

Adaptando-se essa metodologia para o caso brasileiro, o presente artigo propõe um IPM construído a partir dos microdados disponíveis na PNAD-C para os anos de 2016 a 2019. Estes dados permitem estimar a intensidade e a incidência da pobreza multidimensional, bem como o seu comportamento no período analisado. A forma de calcular o IPM segue as recomendações do PNUD e a metodologia de Alkire e Santos (2013) descritas anteriormente. Os indicadores e dimensões propostos, juntamente com seus respectivos pesos, estão expressos no Quadro 1.

Levando em consideração que a introdução de dimensões no IPM depende dos dados disponibilizados na PNAD-C anual, foi necessário ajustar as escolhas de dimensões e alguns indicadores, buscando sempre medir as capacidades básicas dos indivíduos. Assim, a dimensão saúde, que não é investigada diretamente pela pesquisa, foi substituída por outras para que se obtivesse, dessa forma, cinco dimensões distintas: consumo, condições de habitação, educação, demográfica e a dimensão trabalho e renda.

Quadro 1 - Dimensões, Indicadores e Pesos do IPM

Dimensão		Indicador	
Nome	Peso	Nome	Peso
Consumo	1/5	Televisão e computador	1/20
		Máquina de lavar roupa	1/20
		Celular e telefone fixo	1/20
		Geladeira	1/20
Condições de Habitação	1/5	Acesso à água	1/15
		Condições Sanitárias	1/15
		Acesso à energia elétrica	1/15
Educação	1/5	Frequência escolar	1/15
		Pessoas, com 5 anos ou mais, que sabem ler e escrever	1/15
		Pessoas, com 18 anos ou mais, com ensino médio completo	1/15
Demográfica	1/5	Pessoas, com 60 anos ou mais, recebendo BPC ou Previdência	1/5
Trabalho e Renda	1/5	Emprego	1/15
		Renda <i>per capita</i>	1/15
		Contribuição para a Previdência	1/15

Fonte: Elaboração própria com base nas variáveis da PNAD-C, IBGE.

A dimensão consumo refere-se à propriedade de alguns bens duráveis e ao acesso à informação. Essa dimensão visa descrever o quanto as condições de vida e o acesso a bens de consumo da população podem ser importantes para determinar a pobreza multidimensional. Ela possui quatro indicadores que investigam se, no domicílio, os moradores possuem acesso a alguns bens duráveis essenciais, tais como: televisão e computador; máquina de lavar roupas; celular e telefone fixo; e geladeira.

A dimensão de condições de habitação é essencial para avaliar o bem-estar dos moradores em seus domicílios. Ela engloba quatro indicadores principais que são fundamentais para garantir um ambiente habitável e saudável: acesso à água tratada, condições sanitárias adequadas, acesso à energia elétrica e condições estruturais da moradia. O acesso à água tratada é crucial para a prevenção de doenças e a promoção da saúde, uma vez que a água contaminada pode transmitir diversas doenças. As condições sanitárias adequadas são necessárias para garantir o saneamento básico e prevenir a propagação de doenças infecciosas, como diarreia e cólera. O acesso à energia elétrica é importante para a qualidade de vida e para a realização de diversas atividades, como cozinhar, estudar e trabalhar.

A dimensão educação é essencial para avaliar as capacidades educacionais e de conhecimento potencial dos indivíduos em um domicílio. Ela possui três indicadores principais: o primeiro indicador considera se os indivíduos com 18 anos ou mais de idade dos domicílios cursaram pelo menos o ensino médio completo, o que se mostra relevante pois níveis mais altos de instrução ampliam as oportunidades de emprego e renda, além de oferecer um maior conhecimento e habilidades para os indivíduos; o segundo indicador é se todos os moradores com cinco anos ou mais sabem ler ou escrever, que é fundamental para avaliar a capacidade de comunicação e compreensão dos indivíduos em um domicílio. O analfabetismo pode limitar a participação na sociedade e a possibilidade de acesso à informação e educação; e o terceiro indicador é a frequência escolar, que demonstra a quantidade de tempo que os indivíduos em idade escolar dedicam à educação formal. A frequência escolar é importante para garantir que as crianças e jovens estejam recebendo uma educação adequada e possam ter acesso a maiores oportunidades no futuro.

A dimensão demográfica é fundamental na análise multidimensional da pobreza, pois busca identificar indivíduos com sessenta anos ou mais desprotegidos, pois não recebem assistência do Benefício de Prestação Continuada (BPC) nem rendimentos oriundos da Previdência Social. Isso ocorre porque, quando essa situação é verificada, o nível de privação do domicílio tende a aumentar significativamente, uma vez que os idosos são especialmente vulneráveis à pobreza devido a potenciais limitações físicas, cognitivas e sociais que podem surgir com o avanço da idade. Essas são pessoas que, frequentemente, enfrentam desafios relacionados à saúde, como doenças crônicas, incapacidades físicas e mentais, e a necessidade de assistência médica e de medicamentos. Além disso, muitos idosos enfrentam isolamento social, falta de suporte familiar e dificuldades financeiras devido a aposentadorias insuficientes ou inexistentes.

A dimensão trabalho e renda têm três indicadores: presença de algum membro desempregado no domicílio, existência de algum membro do domicílio em ocupação sem contribuição para a previdência social (e, portanto, desprotegido/informal), e existência de renda domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo. Essa dimensão tem por objetivo sintetizar a capacidade de consumo potencial de bens de primeira necessidade por intermédio da renda.

Os pesos foram aplicados de modo a fazer com que as dimensões com mais indicadores não tivessem peso relativo maior em detrimento de dimensões com menos indicadores. Em síntese, definiu-se a seguinte lógica: peso menor para indicadores de dimensões com mais indicadores e peso maior para indicadores de dimensões com menos indicadores. Os resultados das estimativas podem ser observados na próxima seção.

A literatura sobre pobreza multidimensional, no Brasil, tem apontado para uma tendência de queda no início do século XXI. Sousa *et al.* (2021) propuseram um Índice de Pobreza Multidimensional do Nordeste (IPM-NE), baseado em 22 indicadores construídos a partir dos dados da antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). As dimensões consideradas pelos autores foram: Alimentos e água; Comunicação e informação; Educação; Condições de Moradia; Saúde e Trabalho e Demografia. Os autores concluem que houve uma redução da pobreza multidimensional na região Nordeste durante os anos de 2009 a 2015. Dois estados mereceram destaque especial: a Paraíba, por apresentar o menor nível de pobreza

multidimensional, em 2015; e o Maranhão, por registrar o maior nível de privação no mesmo ano. No que diz respeito às dimensões, três delas mereceram destaque: Educação, Comunicação e Informação e Trabalho e Demografia. Nessas dimensões, apesar de verificar uma diminuição ao longo do período, ainda persistiram níveis de privação expressivos. Para os autores, isso significaria que, mesmo com a redução observada, os indicadores permaneceram elevados, refletindo o nível de privação dos cidadãos em múltiplas dimensões (SOUSA *et al.*, 2021).

No estudo realizado pelo World Bank (2022), cujo foco era a dimensão não monetária da pobreza na década de 2010 no Brasil, foram definidas as seguintes dimensões: 1) superlotação, baseada no critério do domicílio possuir 2.5 ou mais pessoas por dormitório; 2) privação de serviços básicos (caso o domicílio não tenha acesso à água por meio da rede geral de distribuição ou outra fonte de "água corrente", não esteja conectado à rede de esgoto ou tenha uma fossa séptica; não tenha eletricidade oriunda da rede de distribuição, de gerador ou de painel solar; ou use carvão/lenha para cozinhar); 3) privação do ponto de vista da qualidade da moradia (inadequação dos materiais das paredes e/ou do telhado) e econômica (insuficiência de renda); 4) nível educacional do chefe da família ser inferior ao ensino fundamental; e 5) incidência de emprego que não oferece licença médica (*proxy* para informalidade). O critério definido para classificar um domicílio como multidimensionalmente pobre foi o de possuir privação em ao menos duas dimensões.

Os principais resultados desse estudo apontam que as regiões Norte e Nordeste apresentam os níveis mais altos de privações não monetárias. Por terem as maiores taxas de pobreza monetária, não era de surpreender que essas regiões apresentassem os níveis mais altos de privação nas diferentes dimensões não monetárias. No entanto, evidenciou-se uma relativa heterogeneidade em termos de dimensões entre as regiões. A superlotação é um desafio para 22% dos domicílios no Nordeste e cerca de 35% no Norte. A falta de serviços básicos é uma realidade para 31% dos domicílios da região Norte e para 27% daqueles situados no Nordeste. De modo geral, as estimativas indicam que 38% dos domicílios do Norte e 36% dos do Nordeste são multidimensionalmente pobres (WORLD BANK, 2022).

A partir desse cenário, busca-se avaliar os resultados estimados com base na metodologia, aqui apresentada, para os últimos anos disponíveis das pesquisas domiciliares elaboradas pelo IBGE, a saber, as PNADs Contínuas para os anos de 2016 a 2019, para a região Nordeste e suas Unidades da Federação.

4 ESTIMATIVAS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A incidência da pobreza multidimensional (H) é mensurada pela proporção de indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza multidimensional, ou seja, é uma abordagem que considera distintos indicadores de privação em múltiplas dimensões. Essa medida pode ser interpretada de forma semelhante ao tradicional indicador de proporção de pobres, porém com escopo ampliado para além da renda. As estimativas mostram um aumento do IPM entre 2016 e 2019 (ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Evolução do IPM segundo áreas geográficas selecionadas - Brasil, Nordeste e estados nordestinos (2016 - 2019)

Área Geográfica	2016			2017			2018			2019		
	H	A	IPM	H	A	IPM	H	A	IPM	H	A	IPM
Brasil	0,215	0,41	0,09	0,219	0,41	0,09	0,222	0,41	0,09	0,237	0,41	0,10
Nordeste	0,312	0,43	0,13	0,314	0,43	0,13	0,315	0,43	0,13	0,343	0,43	0,15
Maranhão	0,380	0,44	0,17	0,375	0,44	0,17	0,377	0,44	0,17	0,384	0,44	0,17
Piauí	0,320	0,43	0,14	0,333	0,43	0,14	0,336	0,43	0,14	0,373	0,44	0,16
Ceará	0,303	0,42	0,13	0,299	0,43	0,13	0,292	0,42	0,12	0,338	0,43	0,14
Rio Grande do Norte	0,282	0,42	0,12	0,287	0,42	0,12	0,292	0,42	0,12	0,368	0,43	0,16
Paraíba	0,304	0,43	0,13	0,328	0,43	0,14	0,313	0,42	0,13	0,339	0,43	0,15
Pernambuco	0,302	0,42	0,13	0,307	0,43	0,13	0,300	0,43	0,13	0,319	0,43	0,14
Alagoas	0,311	0,43	0,13	0,329	0,43	0,14	0,318	0,43	0,14	0,369	0,44	0,16
Sergipe	0,258	0,42	0,11	0,268	0,42	0,11	0,254	0,42	0,11	0,306	0,43	0,13
Bahia	0,308	0,43	0,13	0,302	0,43	0,13	0,320	0,43	0,14	0,329	0,44	0,14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD-C, IBGE.

No Brasil, o IPM aumentou de 0,09, em 2016, para 0,10, em 2019 (elevação de aproximadamente 11%). Nesse mesmo período, a proporção da população abaixo da linha de pobreza multidimensional subiu de 21,5% para 23,7%. O Nordeste seguiu a mesma tendência do Brasil, com o IPM subindo de 0,13, em 2016, para 0,15, em 2019 (aumento de aproximadamente 15%), e a proporção de pessoas em situação de pobreza multidimensional aumentando de 31,2%, em 2016,

para 34,3 %, em 2019. De modo geral, o que se viu foi um aumento na pobreza ao longo dos anos estudados, tanto em termos da proporção de pessoas em situação de pobreza multidimensional quanto no próprio IPM, que mescla a extensão e intensidade da pobreza ao levar em conta a quantidade de privações.

Os resultados revelam que o estado do Maranhão apresenta o maior IPM médio, com um valor de 0,166 (índice 77% superior à média nacional), bem como a maior proporção média de pessoas em situação de pobreza multidimensional, chegando a 37,9% do total da população do estado. Em situação oposta, aparece Sergipe, que se destaca como o estado com os melhores resultados, com um IPM médio de 0,111 (valor 22% superior à média nacional) e uma proporção média de pessoas em situação de pobreza de 26,28%. A Bahia se aproxima da média regional tanto em termos de proporção de pobres quanto em relação ao IPM.

Tabela 2 - Médias e variações do IPM segundo áreas geográficas selecionadas- Brasil, Nordeste e estados nordestinos (2016/2019)

Área Geográfica	Médias			Variações p.p. 2016/2019		
	H	A	IPM	H	A	IPM
Brasil	0,220	0,410	0,090	0,021	0,00	0,010
Nordeste	0,315	0,429	0,135	0,030	0,01	0,015
Maranhão	0,379	0,439	0,166	0,004	0,00	0,003
Piauí	0,335	0,432	0,144	0,053	0,00	0,024
Ceará	0,301	0,425	0,128	0,035	0,01	0,017
Rio Grande do Norte	0,290	0,421	0,121	0,086	0,01	0,041
Paraíba	0,321	0,428	0,137	0,035	0,01	0,017
Pernambuco	0,305	0,428	0,130	0,017	0,01	0,010
Alagoas	0,323	0,430	0,139	0,058	0,01	0,027
Sergipe	0,263	0,424	0,111	0,048	0,01	0,023
Bahia	0,314	0,431	0,135	0,021	0,00	0,010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD-C, IBGE.

É notável que todos os estados nordestinos apresentaram agravamento da pobreza multidimensional ao longo do período analisado, uma vez que nenhum deles registrou variação negativa do indicador. Isso significa que todos os estados da região, em maior ou menor grau, ampliaram a proporção de pessoas em situação de pobreza multidimensional entre 2016 e 2019. O Rio Grande do Norte teve a maior variação na proporção de pobres (aumento de 8,59 p.p.) e no IPM (+0,041 p.p.). Já o Maranhão registrou as menores variações na proporção de pobres (+0,40 p.p.) e no

IPM (+0,003 p.p.), o que fez com que ele se mantivesse como aquele em pior situação do ponto de vista da pobreza multidimensional.

É importante destacar a relevância da intensidade da pobreza (A) para o IPM, uma vez que se observa um aumento desse indicador nas três escalas territoriais de análise. Os resultados apontam que o Brasil e o Nordeste tiveram uma intensidade média de pobreza de 0,41 e 0,429, respectivamente. O Maranhão apresentou a maior intensidade média de pobreza, atingindo o valor de 0,439, implicando no fato de esse estado se apresentar como o mais vulnerável do ponto de vista do conjunto das privações nas distintas dimensões.

No que se refere à estimativa da população em pobreza extrema, cuja privação relativa é superior à 50%, isto é, com privação em mais da metade dos indicadores, os resultados estão expostos nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Evolução do IPM extrema segundo áreas geográficas selecionadas - Brasil, Nordeste e estados nordestinos (2016 - 2019)

Área Geográfica	2016			2017			2018			2019		
	H	A	IPM	H	A	IPM	H	A	IPM	H	A	IPM
Brasil	0,031	0,55	0,02	0,032	0,55	0,02	0,032	0,55	0,02	0,038	0,56	0,02
Nordeste	0,062	0,54	0,03	0,066	0,55	0,04	0,064	0,55	0,04	0,079	0,55	0,04
Maranhão	0,089	0,55	0,05	0,091	0,56	0,05	0,089	0,55	0,05	0,090	0,55	0,05
Piauí	0,064	0,55	0,04	0,071	0,55	0,04	0,069	0,54	0,04	0,091	0,55	0,05
Ceará	0,051	0,54	0,03	0,060	0,54	0,03	0,055	0,54	0,03	0,069	0,55	0,04
Rio Grande do Norte	0,050	0,53	0,03	0,040	0,53	0,02	0,061	0,54	0,03	0,092	0,55	0,05
Paraíba	0,059	0,54	0,03	0,070	0,54	0,04	0,052	0,54	0,03	0,078	0,54	0,04
Pernambuco	0,054	0,54	0,03	0,066	0,55	0,04	0,061	0,55	0,03	0,071	0,56	0,04
Alagoas	0,067	0,54	0,04	0,070	0,54	0,04	0,062	0,55	0,03	0,083	0,55	0,05
Sergipe	0,045	0,53	0,02	0,046	0,54	0,02	0,048	0,54	0,03	0,064	0,55	0,04
Bahia	0,066	0,55	0,04	0,062	0,55	0,03	0,067	0,55	0,04	0,082	0,55	0,05

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD-C, IBGE.

Os dados evidenciam que tanto em nível nacional quanto regional, o Índice de Pobreza Extrema Multidimensional, doravante IPM extrema, apresentou aumento ao longo dos quatro anos analisados. No Brasil, o IPM extrema permaneceu em 0,02. Porém, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza subiu de 3,1%, em 2016, para 3,8%, em 2019. No Nordeste, o IPM extrema passou de 0,03 para 0,04, e a proporção H, que era de 6,2%, em 2016, aumentou para 7,9%, em

2019. Isso evidencia que a extrema pobreza multidimensional aumentou tanto em nível nacional quanto regional, sendo o último ano dessa análise aquele com os piores resultados no período.

Ao comparar os estados, observa-se um quadro semelhante ao observado para a situação de pobreza. O Maranhão é o que apresenta o pior IPM extrema médio, com valor de 0,05, e a maior proporção H, chegando à 9%. Sergipe, por sua vez, apresenta os melhores índices entre os estados nordestinos, com IPM extrema médio de 0,025 e uma proporção de extremamente pobres de 4,7%. A Bahia apresentou um IPM extrema no mesmo patamar que o da região Nordeste (0,036). Já quando se analisam os dados de proporção de pobres, é a Paraíba que se aproxima mais da média regional, com 6,5%.

Tabela 4 - Médias e variações do IPM extrema, segundo áreas geográficas selecionadas-Brasil, Nordeste e estados nordestinos (2016 - 2019)

Área Geográfica	Média			Variação p.p. 2016/2019		
	H	A	IPM	H	A	IPM
Brasil	0,032	0,550	0,018	0,007	0,01	0,004
Nordeste	0,065	0,547	0,036	0,017	0,01	0,010
Maranhão	0,090	0,554	0,050	0,001	0,00	0,001
Piauí	0,070	0,549	0,038	0,027	0,00	0,015
Ceará	0,058	0,542	0,031	0,018	0,01	0,010
Rio Grande do Norte	0,055	0,537	0,030	0,043	0,02	0,025
Paraíba	0,065	0,541	0,035	0,019	0,00	0,010
Pernambuco	0,064	0,549	0,035	0,017	0,01	0,010
Alagoas	0,068	0,547	0,037	0,016	0,01	0,010
Sergipe	0,047	0,541	0,025	0,019	0,02	0,011
Bahia	0,066	0,547	0,036	0,016	0,00	0,009

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD-C, IBGE.

No que se refere à intensidade da extrema pobreza (A), os dados revelam que, no Brasil, esse valor foi de 0,550, no Nordeste de 0,547 e no Maranhão 0,554, o maior valor entre todos. Vale ressaltar que, quando se comparam pobreza e extrema pobreza, em termos multidimensionais, a distância entre os pobres e os extremamente pobres no Brasil é relativamente maior do que aquela observada para o Nordeste. Enquanto no Brasil a diferença, do ponto de vista da intensidade da pobreza multidimensional, entre pobres e extremamente pobres é de 34%, no Nordeste essa diferença é da ordem de 27%. Isso indica que a condição de pobreza

no Nordeste é mais severa que aquela observada para a média brasileira, o que faz com que a situação dos pobres seja significativamente mais próxima daquela observada para os extremamente pobres.

Além disso, é necessário pontuar que a situação de pobreza extrema piorou em todos os estados do Nordeste, uma vez que nenhum deles conseguiu diminuir seus índices ou proporções entre 2016 e 2019. O Rio Grande do Norte, em particular, apresentou taxas de variações positivas tanto no IPM extrema (0,025) quanto na proporção H (4,28 p.p.), sendo o estado que mais aumentou sua população em situação de pobreza extrema. Por outro lado, o Maranhão foi o estado que apresentou a menor variação total, o que lhe garantiu o posto de estado em pior posição relativa dentre as unidades federativas do Nordeste. Esses resultados apontam para a urgência de políticas e ações efetivas de combate a pobreza e a pobreza extrema na região. Enquanto marcas históricas, esses fenômenos só podem ser enfrentados de forma estrutural por uma ação efetiva do Estado que garanta não apenas acesso à renda, mas o acesso a bens e serviços essenciais para a reprodução da vida material em sociedade como saúde, educação, moradia, transporte etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou contribuir para o tema da pobreza, apresentando-a como um fenômeno complexo, estrutural e dinâmico, que se caracteriza em diferentes e múltiplas dimensões, sendo possível afetar de forma distinta os indivíduos, as famílias, assim como os grupos sociais e as regiões. A pobreza manifesta-se como fenômeno: complexo, visto que apresenta variadas dimensões; estrutural, porque causas estão diretamente relacionadas à forma como as sociedades, no capitalismo, se organizam em torno da produção e da distribuição dos bens e serviços produzidos; e dinâmico, devido a suas recorrentes transformações ao longo do tempo, assumindo novas formas e afetando diferentes dimensões.

O fortalecimento da agenda de pesquisa em desigualdade e pobreza em termos multidimensionais decorre dos desafios que esses fenômenos impõem à sociedade, na medida em que os problemas se acumulam nas esferas política e econômica. A globalização acelerada nos anos 1990, defendida como o remédio para todos os males dos países pobres, acabou por ampliar a desigualdade de

renda e riqueza entre países, mas, sobretudo dentro deles, levando à expansão dos chamados bolsões de pobreza.

A partir dos anos 2000, o ritmo, o volume e a diversidade de iniciativas de pesquisa sobre pobreza em seus complexos fundamentos foram ampliados. Esse tema já despontava como área de investigação que carecia de mais atenção por parte dos economistas, dado que o comportamento das variáveis macroeconômicas se mostrava peça central para entender os movimentos e os processos de elevação dos níveis de pobreza. A agenda de pesquisa econômica sobre o tema, bem como as propostas para o seu tratamento metodológico e as políticas de enfrentamento, também, avançaram. O fortalecimento do debate a respeito do desenvolvimento humano, no âmbito do PNUD, foi importante para o avanço considerável em relação às abordagens e à forma de tratamento do fenômeno da pobreza, com a complexidade que o tema exige.

Além disso, essa discussão abriu caminho para o debate acerca da construção de indicadores multidimensionais mais sensíveis para mensurar determinados aspectos da pobreza. Na própria definição da pobreza, é extremamente relevante expressar seus elementos constitutivos, que vão desde sua dimensão monetária, em termos absolutos e relativos, até suas dimensões associadas às carências, privações ou insuficiências socioeconômicas que restringem o bem-estar social.

No que se refere à pobreza no Brasil, especialmente no Nordeste, constata-se que a formação histórico-econômica brasileira e regional produziu uma sociedade caracterizada por baixos salários, elevada informalidade e altos níveis de pobreza. É verdade que, nos anos 2000, observou-se, no Brasil, um movimento em direção à ampliação da participação dos salários na renda nacional com redução da concentração pessoal da renda e redução da pobreza extrema monetária. Esse processo foi proporcionado por políticas públicas sociais como a expansão dos programas de transferência de renda (Bolsa Família) e a política de valorização real do salário mínimo (piso dos benefícios da seguridade social – previdência social urbana e rural e BPC), associadas à retomada do crescimento econômico, que beneficiou o mercado de trabalho e a expansão da renda agregada das famílias, que encontraram no consumo de bens de uso individual uma forma de melhorar sua condição de vida.

No entanto, em termos estruturais, o caminho mostrou-se muito mais complexo. Muitas das dimensões que fundamentam o fenômeno da pobreza não se alteraram significativamente, a exemplo do acesso a bens e serviços públicos como são os casos do saneamento básico e do acesso à água potável. Esse processo positivo de melhora da condição de vida, com redução das desigualdades e da pobreza, viu sua fragilidade ser evidenciada pela crise política e econômica iniciada em 2015. Essa acabou por reduzir progressivamente os ganhos econômicos e sociais que a sociedade brasileira tinha alcançado, provocando efeitos deletérios em todas as esferas, sobretudo em termos regionais. As estimativas feitas no presente artigo para o IPM evidenciam esse movimento, indicando a fragilidade do processo anterior em alterar estruturalmente a condição de pobreza multidimensional de parcela expressiva da população brasileira e nordestina.

Os dados apresentados para o Brasil, o Nordeste e os estados dessa região, com base nas informações da PNAD-C, para os anos de 2016 a 2019, demonstram que a pobreza no país, mas principalmente, nos estados nordestinos piorou, mantendo a região com níveis de pobreza e pobreza extrema multidimensionais em patamares significativamente elevados, superiores à média nacional.

Com base nas estimativas para o IPM proposto, conclui-se que houve um aumento da pobreza e da pobreza extrema no Brasil, no Nordeste e em todos os seus entes federados. As causas desse movimento podem estar na piora das condições do mercado de trabalho, da ampliação da informalidade e da elevação do desemprego que surgem enquanto consequência da redução da atividade produtiva provocada pela crise política e econômica de 2015. Mais que isso, esse processo poderia ser revertido ou, ao menos, amenizado por meio do avanço na direção do fortalecimento de políticas públicas sociais de enfrentamento à pobreza, em outras dimensões como a educacional, a de acesso a bens e serviços públicos, ou a da proteção social na velhice.

Do ponto de vista da análise das unidades da federação nordestinas, o destaque vai para o Maranhão, que apresentou os piores resultados em qualquer perspectiva analisada. Sergipe, por outro lado, foi o estado com os melhores resultados para o IPM. Ceará e Maranhão mostraram-se como aqueles em que pouco se alterou a condição de pobreza multidimensional. Já a Bahia foi o estado

que mais se aproximou das médias da região Nordeste, seguindo seus movimentos e proporções durante o período.

De modo geral, defende-se que a pobreza deve ser pensada, analisada e estudada a partir da ótica multidimensional. Isso permite que se concebam estratégias para sua superação ou mitigação, no âmbito da agenda pública, mais efetivas e eficazes. Além disso, tais estratégias devem ser pensadas com base na combinação de políticas que atuem sob as múltiplas dimensões da pobreza, sejam elas de cunho social ou econômico.

A pobreza é uma doença social que priva milhões de pessoas de decidirem como devem levar suas vidas, impondo um mesmo destino a gerações futuras. É um fenômeno que torna a sociedade rígida, pois bloqueia a mobilidade social para uma parcela considerável da população. O combate à pobreza deve partir das iniciativas do Estado. O suporte de instituições multilaterais que se preocupam com o desenvolvimento social é relevante para ampliar a interação e a sinergia entre os diversos atores estatais e não estatais.

Em síntese, para reduzir a pobreza multidimensional, é necessário que a gestão das políticas públicas esteja atenta para dimensões relevantes da pobreza, muitas vezes negligenciadas pelo pensamento econômico tradicional, que enxerga na renda o caminho mais fácil. Esses são os casos da educação, do mercado de trabalho, da comunicação e informação, da saúde, além da dimensão demográfica. Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura social aparecem como estratégia relevante para reduzir a pobreza multidimensional. Isso porque, a ampliação da oferta de bens e serviços de uso coletivo pode permitir simultaneamente, de um lado, dinamismo econômico, ampliando o acesso à renda por meio da geração de emprego no mercado de trabalho e, de outro, redução da privação em múltiplas dimensões, expandindo o acesso a elementos que melhoram a condição de vida das camadas mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; FOSTER, J. E. Counting and multidimensional poverty measurement, Oxford Poverty & Human Development Initiative. **OPHI Working Paper**, n. 7, 2007.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Measuring Acute Poverty in the Developing World: Robustness and Scope of the Multidimensional Poverty Index**, 2013.

BAGOLIN, I. P. **Da renda às capacitações**: analisando e avaliando o desenvolvimento humano. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

COMIN, F. *et al.* **Pobreza**: da insuficiência de renda à privação de capacitações - Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2006.

GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR). New York: United Nations Development Programmed, 1998.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR). New York: United Nations Development Programmed, 1997.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR). New York: United Nations Development Programmed, 1996.

KOLLANYI, Istavan Harcsa; REDEI, Maria, EKES, Iddiko. **Human Development Report 1996**: Economic Growth and Human Development. New York, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano**. New York: Nações Unidas, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A Verdadeira Riqueza das Nações**: Vias para o Desenvolvimento Humano. New York: Nações Unidas, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Nova York: Nações Unidas, 1996.

QUERIOZ, S. N. de; REMY, M. A. P. de A. Estudo Comparativo entre o Programa Bolsa Família no Brasil e o Programa Oportunidades no México. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BASIC INCOME AS AN INSTRUMENT FOR JUSTICE AND PEACE - BIEN. 13., 2010, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP, 2010.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: Afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SEN, A. Poverty, inequality and unemployment: Some conceptual issues in measurement. **Economic and Political Weekly**, v. 8, n. 31/33, p. 1457-1464, 1973.

SEN, A. Issues in the Measurement of Poverty. In: **Measurement in public choice**. London: Palgrave Macmillan UK, 1981. p. 144-166.

SEN, A. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University press, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2000.

SEN, A. Assessing Human Development. In: **Human Development Report**. New York: United Nations Development Programmed, 1999.

SILVA, J. J. da; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. do N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, v. 40, p. 138-160, 2020.

SOUSA, E. C.; SOUSA, J. S. de.; ALBUQUERQUE, E. de M.; LESSA, L. C. R.; CARVALHO, J. N. F. de. Índice de Pobreza Multidimensional do Nordeste brasileiro: uma análise no período de 2009-2015. **Research Society and Development**, v. 10, n. 17, 2021.

WORLD BANK. **Brazil Poverty and Equity Assessment**: Looking Ahead of Two Crises. Washington D.C: World Bank. 2022.